

A ANIMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO.
Projeto de Intervenção em Educação e Saúde

RIO DE JANEIRO
2018

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E
TECNOLOGICA EM SAÚDE**

A ANIMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO.

Projeto de Intervenção em Educação e Saúde

BRUNNO LUIZ CONSTANTINO

**RIO DE JANEIRO
2018**

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

**INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E
TECNOLOGICA EM SAÚDE**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Acesso à Saúde: Informação, Comunicação e Equidade, feito por Brunno Luiz Constantino à Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde – ICICT/Fiocruz.

Orientadora: Dra. Michele Peres
Dra. Flávia Maia Silveira

Banca Examinadora

Dr. Wilson Couto Borges- ICICT/FIOCRUZ

Dra. Michele Nacif Antunes UFES

Dra. Michele Soltosky Peres UFF

**Rio de Janeiro
2018**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, como Ente Supremo, que nos deu a vida e permitiu o alcance deste objetivo. A Ele toda honra e toda glória!

A minha esposa e minhas princesas Isabel e Sarah.

A minha família.

Ao Mestre e amigo Dr. Romil Taó Moreira e família.

A todos, que de forma direta ou indireta, a seu modo e cada um a seu tempo, contribuíram para que este trabalho saísse do campo da abstração para a realidade.

A Orientadora Professora Dra. Michele S. Peres, colegas, amigos, familiares e colaboradores,

A Coordenação e demais professores desta Especialização que acreditaram em mim e me deram tal chance!

Agradeço.

“Que todos os nossos esforços estejam sempre focados
no desafio à impossibilidade. Todas as grandes
conquistas humanas vieram daquilo que parecia
impossível.”

(Charles Chaplin)

RESUMO

No município de Nova Friburgo, região serrana do Rio de Janeiro, há muito a ser realizado na questão de acessibilidade, nada diferente das demais regiões do país. Tal problema tem impedido que pessoas com deficiência circulem com segurança pela cidade em calçadas nos diferentes espaços, inclusive aos serviços de saúde. O presente projeto de intervenção tem por objetivo principal implementar um processo de educação e de saúde no município de Nova Friburgo, voltada para a acessibilidade e inclusão, através do uso de animação em 3D.

As ações do Projeto se darão através das ações realizadas em conjunto nas escolas, os serviços de saúde, Igrejas e associações de moradores. Neste desenho animado intitulado: “SOMOS UM”, mostra o dia-a-dia de “Michele”, uma jovem que decide fazer a diferença no município onde mora por conhecer a dificuldade da PCD, e se coloca no lugar do outro. Nesse contexto a animação nos leva a pensar e agir em nosso meio.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência. Inclusão, direitos, animação.

ABSTRACT

In the municipality of Nova Friburgo, a mountainous region of Rio de Janeiro, there is much to be done in the accessibility issue, nothing different from the other regions of the country. This problem has prevented people with disabilities from traveling safely through the city on sidewalks in different spaces, including health services. The main objective of this intervention project is to implement a process of education and health in the municipality of Nova Friburgo, focused on accessibility and inclusion, through the use of 3D animation.

The actions of the Project will take place through joint actions in schools, health services, churches and residents' associations. In this animated cartoon titled: "WE ARE ONE", shows the daily life of "Michele", a young woman who decides to make a difference in the municipality where she lives because she knows the difficulty of the PCD, and puts herself in the place of the other. In this context the animation leads us to think and act in our environment.

Keywords: PCD. Inclusion, rights, animation.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Logo da animação	01
Imagem 2: Cadeirante diante de uma rampa totalmente fora dos padrões	05
Imagem 3: Michele encontra uma PCD no supermercado	07
Imagem 4: Desníveis e buracos no Centro da cidade são comuns (arquivo pessoal)	09
Imagem 5: Rampa de acesso longe da faixa de pedestres, com inclinação errada, rachaduras, buracos e desníveis (arquivo pessoal)	11

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	01
2. OBJETIVOS	02
3. JUSTIFICATIVA	03
4. REVISÃO DE LITERATURA	03
4.1 Inclusão social	03
4.2 Acessibilidade	05
4.3 Tipos de deficiências	06
4.4 A cidade	09
5. A “invisibilidade”	12
6. Métodos	14
7. Resultados	16
7.1 Fazemos a inclusão?	17
8. CONCLUSÃO	20
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	20

1. INTRODUÇÃO

Há uma parcela da população que sofre com a exclusão social causada, principalmente pela dificuldade de locomoção e movimentação pela cidade e demais ambientes de uso comum. Essas pessoas são usuárias de cadeiras de rodas, pessoas que necessitam de muletas, com deficiências visuais e auditivas de diversos níveis ou com deficiências mentais. Além de idosos, gestantes, obesos, convalescentes cirúrgicos, entre outros (BRASIL, 2006, p. 13).

Para a execução do projeto foi apresentado uma pesquisa de campo realizada entre março e outubro de 2018 na cidade de Nova Friburgo, que relatou a importância da acessibilidade, acolhimento e inclusão. Destacando que a história narrada através deste desenho é fictícia, mas baseada em vivências do autor em relação aos 24 anos e 6 meses de serviços prestados a Atenção Básica no município de Nova Friburgo, região serrana do Estado do Rio de Janeiro.

A política nacional de mobilidade urbana através da SEMOB (Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, criado em janeiro de 2003, propôs ampliar a visão predominante na análise dos problemas de circulação, de modo a incorporar dimensões econômicas, ambientais e sociais normalmente não consideradas (BOARETO, 2007, p. 48).

Para morar em uma cidade inclusiva precisaríamos não só de calçadas planas, rampas de acesso, entre outros, necessitamos de quebra de barreiras institucionais, barreiras pessoais e quebra de pré-conceitos pelos quais as PCD vivem no dia a dia.



Imagem 1: Logo da animação.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

- Implementar um processo de educação, e de saúde no município de Nova Friburgo, voltadas para a acessibilidade e, inclusão, através do uso de um dispositivo tecnológico- animação em 3D.

2.2 Objetivo específico

- Inserir a temática sobre a “acessibilidade” e inclusão à PCD nas práticas de Educação e Saúde, conduzidas na perspectiva intersectorial, por meio do uso da animação;
- Desenvolver parcerias com o Programa de Saúde na Escola (PSE) e a Secretaria de Saúde do Município de Nova Friburgo/RJ, para implementação das ações nas escolas e a unidades de saúde;
- Avaliar a implementação das ações de Educação e Saúde por meio do uso da Animação no Município de Nova Friburgo/RJ.

Resultados esperados

A animação possui cerca de 7 (sete) minutos e começará a ser vinculada em canais de TVs locais, escolas, Unidades de saúdes, Igrejas e Associações de moradores no município de Nova Friburgo, região serrana do Rio de Janeiro.

De acordo com as respectivas secretarias, “Somos um” começará a ser exibida nas escolas da cidade e nas Unidades de saúde a partir de abril de 2019.

3. JUSTIFICATIVA

A escolha deste tema foi motivada pela experiência vivenciada pelo autor à frente da gestão de Unidade Básica ao longo de aproximadamente 25 anos no Município de Nova Friburgo, região serrana do estado do Rio de Janeiro. Durante estes anos de atuação foi possível observar questões que facilmente denunciariam o descaso com a população com deficiência, bem como a negação de muitos de seus direitos. Fatos que reiteram que mesmo para realizar atividades rotineiras, constituem como se um dos seus maiores desafios. Por se tratar de uma cidade onde há rampas de acesso com tamanhos e alturas incorretas, o município possui inúmeros problemas, o que gera uma constante insatisfação e perigo para a população em questão.

A acessibilidade arquitetônica, ambiental e a institucional limitam, e ou anulam o exercício da cidadania. Faz-se necessário promover espaços de debates para que estes e outros desafios possam ceder lugar à garantia dos direitos fundamentais à PCD.

4. REVISÃO DE LITERATURA

4.1 Inclusão social

Segundo (PAULA, 2007):

“ [...] a ideia de uma sociedade inclusiva nasceu da união de forças de pessoas no mundo todo. Na área da atenção às pessoas com deficiência, elas próprias, seus amigos e familiares tiveram um papel fundamental, organizando grupos para cobrar da sociedade a garantia de seus direitos. Esses direitos referem-se à educação, à saúde, ao trabalho, ao esporte e ao lazer. Representantes desses grupos participaram ativamente do processo da formulação da Constituição de 1988, e isso fez com que o Brasil fosse um dos países com uma legislação reconhecidamente mais avançada na área de atenção às pessoas com deficiência” (2007, pag. 06).

No entanto, o desafio é transferir esses direitos do papel para a vida diária dessas pessoas. Trata-se de construir prédios que facilitem o ir e vir de todos e escolas capacitadas para receber alunos com deficiência, assim como disponibilizar serviços de saúde com profissionais para atender essas pessoas. Tudo isso deve ocorrer ao mesmo tempo que se desenvolvem ações para prevenir as deficiências. O mercado de trabalho deve dar oportunidade aos profissionais com deficiência, entre outras medidas.

Em uma sociedade inclusiva, as diferenças sociais, culturais e individuais são utilizadas para enriquecer as interações e a aprendizagem entre os seres humanos. Trata-se de uma mudança profunda no comportamento e na atitude das pessoas. No caso específico das PCD, promover a compreensão da diversidade é a forma mais coerente de favorecer a inclusão social e a aprendizagem delas.

Em relação aos direitos das PCD, precisamos discutir sobre cidadania, igualdade social e respeito às diferenças. Contexto que nos leva a considerar imposições sócio econômicas, criando um enorme problema de exclusão, e que a sociedade brasileira ignora.

A mudança se inicia basicamente em na família, que deve ter um envolvimento direto. Sendo o relacionamento familiar a base de aprendizado, ter uma sociedade inclusiva deve começar em “casa”.

Infelizmente por falta de costume a população acaba por não participar ativamente destas questões, muitos indivíduos acabam por se isolarem, não discutindo os problemas que por ventura vierem a ter por não saber como agir e interagir com um ente com algum tipo de deficiência.

4.2 Acessibilidade

De acordo com a NBR 9050/04 “acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia, de edificações, espaço, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos” (ABNT, 2004).



Imagem 2: Cadeirante diante de uma rampa totalmente fora dos padrões.

A movimentação e deslocamento das PCD devem ser realizados pelo próprio indivíduo, em condições seguras e com total autonomia, sem depender da ajuda de ninguém. Se utilizando se necessário de objetos e aparelhos específicos como, por exemplo, uma cadeira de rodas, muletas, andadores, etc. Assim, é possível definir que acessibilidade, em se tratando de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, é uma condição de aproximação, com segurança e autonomia, de determinados espaços, objetos e elementos diversos, possibilitando a utilização de todas as atividades inerentes e usos específicos que eles possam oferecer (Brasil, 2006).

Conforme Carneiro et al (2005) a acessibilidade a princípio, estava ligada as barreiras arquitetônicas, pois as pessoas deficientes já eram impossibilitadas por preconceitos: obstáculos físicos, construções mal elaboradas ou meios de transporte que não corresponde às necessidades dos PNEs, ou seja, todos os espaços e utensílios foram planejados para pessoas ditas “normais”. Os autores ainda ressaltam que a acessibilidade foi mais bem visada através da inclusão, o que possibilitou perceber que as condições de acesso são muitas vezes negadas em outros aspectos da vida em comunidade.

A acessibilidade é utilizada como parte de uma política de mobilidade urbana, promovendo assim a inclusão social, equiparando as oportunidades e o exercício da cidadania de pessoas com deficiência (BOARETO, 2007).

A existência de barreiras econômicas, sociais e as físicas, atingem de forma mais contundente a população de mais baixa renda, cuja acessibilidade à cidade é drasticamente reduzida. Para as pessoas com restrição de mobilidade e deficiência, a acessibilidade não se restringe à possibilidade de entrar em um determinado local ou veículo de transporte, mas também no seu deslocamento pela cidade. Trata-se de incluir, no processo de planejamento, contratação e execução de uma obra, uma nova visão que considere o acesso universal ao espaço público (PROGRAMA..., 2006, p. 11).

“A construção de ambientes, produtos e serviços inclusivos, que considerem as necessidades de toda a população, na maior extensão possível, é urgente na sociedade contemporânea” (MANTOAN, 2010, p13), para que isto ocorra de maneira efetiva faz-se necessário conhecer as necessidades tendo em vista os diferentes tipos de deficiência.

4.3 Tipos de deficiência

Deficiência visual –

De acordo com a Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades Educativas Especiais. Brasília (CORDE, 1996).

É a perda ou redução das funções básicas do olho e do sistema visual. Existem dois grupos de deficiência:

Cegueira – há perda total da visão ou pouca capacidade de enxergar. Seu processo de aprendizagem será através dos sentidos remanescentes (tato, audição, olfato, paladar) utilizando o sistema BRAILE como principal meio de comunicação escrita.

Baixa visão – define-se pelo comprometimento do funcionamento visual dos olhos, mesmo depois de tratamento ou correção.



Imagem 3: Michele encontra uma PcD no supermercado.

Deficiência auditiva -

É a perda parcial ou total da audição em um ou ambos os ouvidos. Pode ser de nascença ou causada por doenças (BRASIL, 1996).

É definido surdo toda pessoa cuja audição não é funcional no dia-a-dia, e considerado parcialmente surdo todo aquele cuja capacidade de ouvir, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva. Tipos de deficiência auditiva:

Deficiência Auditiva Condutiva

São geralmente de grau leve ou moderado, variando de 25 a 65 decibéis. Os casos de deficiência auditiva condutiva podem ser tratados com o uso do aparelho auditivo ou com implante de ouvido médio.

Deficiência auditiva sensorineural

A perda de audição neurosensorial decorre de danos ocasionados pelas células sensoriais auditivas ou no nervo auditivo. Ela pode ser de grau leve, moderada, severa ou profunda.

Deficiência auditiva mista

A deficiência auditiva mista é uma associação de uma perda auditiva Sensorineural e condutiva. Decorrente de problemas em ambos os ouvidos: interno e externo ou médio.

Deficiência auditiva neural

A deficiência auditiva neural é comumente profunda e permanente. Aparelhos auditivos e implantes cocleares não amenizam a deficiência auditiva, visto que o nervo não é capaz de transmitir informações sonoras para o cérebro (Brasil, 1996).

Deficiência mental -

É a designação que caracteriza os problemas que acontecem no cérebro e levam a um baixo rendimento, mas que não afetam outras regiões ou áreas cerebrais.

Esse tipo de deficiência caracteriza-se por registrar um funcionamento intelectual geral, significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho na família e comunidade, independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho. (Adotada pelo Brasil em 1992 – AAMD – Associação Americana de Deficiência Mental)

Pessotti (1983 apud GIORDANO, 2000, p. 23) diz que “na antiguidade os deficientes mentais eram vistos como possuidores de alguma força do bem ou do mal, ou seja, estas pessoas poderiam ser demoníacas ou divinas”.

Deficiência múltipla

É a associação de uma ou mais deficiências simultaneamente, sejam elas intelectuais, físicas, distúrbios neurológicos, emocionais, linguagem e desenvolvimento educacional, vocacional, social e emocional. É uma condição que acarreta atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa do indivíduo em maior ou menor intensidade. Um exemplo são pessoas que são deficientes físicas e também intelectuais. A importância de ressaltar que “a deficiência múltipla é uma organização qualitativamente diferente de desenvolvimento e não a soma das deficiências”.

As causas podem ser variadas. As deficiências simultâneas podem ter origens pré-natais, serem resultados de uma má-formação congênita ou podem ter causas em infecções virais. A rubéola é um exemplo de infecção que pode causar a deficiência múltipla no bebê.

Outras enfermidades, como as sexualmente transmissíveis, podem levar a deficiência múltipla em indivíduos adultos. Entre os fatores podemos destacar ainda a paralisia cerebral. Ela pode acarretar a deficiência intelectual e limitar os movimentos, comprometendo a postura e a mobilidade.

4.4 A CIDADE

Nova Friburgo é um município do estado do Rio de Janeiro. Sua população estimada em 2018 é de 190,084 habitantes. Localiza-se no centro-norte do estado, distando 136 km da capital fluminense. Ocupa uma área de 933,414 km². Possui 6 distritos: Riograndina, Campo do Coelho, Amparo, Lumiar, Conselheiro Paulino, São Pedro da Serra e Mury

As principais atividades econômicas são baseadas em: indústria metalúrgica, moda íntima, olericultura, caprinocultura e indústria (têxteis, vestuário) e turismo. É também a cidade mais fria do estado. No dia 1º de setembro, foi oficialmente declarado que Nova Friburgo é a Suíça Brasileira. O governador do Estado, Luiz Fernando Pezão, sancionou a lei de autoria do deputado Samuel Malafaia (Lei nº 7683 de 01 de setembro de 2017 do Rio de Janeiro), que homenageia a cidade. A lei entrou em vigor em 4 de setembro, após ser publicada no Diário Oficial do Estado.

Cidade como a grande maioria dos municípios em nosso país, com problemas mais sérios para PcD, se refere ao péssimo estado de conservação das calçadas. E, nesse caso específico, a responsabilidade deve ser compartilhada entre moradores, lojistas e instituições que, com raras exceções, não investem na conservação da parte que lhes cabe do patrimônio público, nem tampouco buscam uma padronização que considere, também, as demandas de quem convive com qualquer tipo de limitação física. Um cadeirante sofre para enfrentar uma rampa íngreme, estreita e desnivelada em relação à rua. Ninguém se prontifica a ajudar.

Num determinado momento a cadeira dá a impressão de que irá virar para trás, tal é a sua inclinação, mas por fim o obstáculo consegue ser superado. Cenas que se repetem o tempo todo nas vias mais movimentadas do município, e que podem ser comprovadas por qualquer pessoa que preste a devida atenção a elas.

E não são apenas os cadeirantes que passam por tais situações. Deficientes visuais, idosos e bebês transportados em carrinhos sofrem com as irregularidades e a falta de manutenção das calçadas.

O projeto de Lei Ordinária de 25 de abril de 2017, proposto pelo vereador Pierre Moraes determina “que todo estabelecimento comercial ou de serviço privado em Nova Friburgo disponha, em sua entrada ou saída, de condições de acessibilidade para atendimento às necessidades de pessoas usuárias de cadeiras de rodas ou com dificuldade permanente ou temporária de mobilidade

Identificada como Lei Municipal nº 4553, é bastante direta e objetiva ao tomar como base as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O parágrafo primeiro do artigo inicial, por exemplo, determina que os estabelecimentos que possuam entrada/saída com desnível superior a dois centímetros deverão “dar-lhe forma sutada em toda extensão de acesso, ou dispor de rampa de acesso ou de aparelho eletromecânico nos termos da ABNT, contemplados os requisitos de inclinação”.

A lei estabelece ainda que as rampas de acesso e os aparelhos eletromecânicos já existentes deverão estar em conformidade com as regulações da ABNT dentro do prazo de 240 dias após sua publicação. Porém até a presente data não houve mudanças.

4.5 Desníveis e rampas de acesso

Os desníveis são um dos principais problemas de deslocamento de PcD, pois geram inúmeros obstáculos principalmente a quem usa cadeira de rodas que por muitas vezes não tem o auxílio de outra pessoa para a ajuda em seu deslocamento.

Desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis. Eventuais desníveis no piso de até 5 mm não demandam tratamento especial. Desníveis superiores a 5 mm até 15 mm devem ser tratados em forma de rampa, com inclinação máxima de 1:2 (50%), conforme figura 8. Desníveis superiores a 15 mm devem ser considerados como degraus e ser sinalizados, conforme a norma NBR 9050/04 (ASSOCIAÇÃO..., 2004, p.39).

Conforme NBR 9050/04 os desníveis de até 5mm não geram problemas, mas na cidade de Nova Friburgo por exemplo foram encontrados desníveis e muitos buracos acima de 5mm que pode privar um cadeirante, um deficiente visual e até mesmo um idoso a se deslocar com tranquilidade.



Imagem 4: Desníveis e buracos no Centro da cidade são comuns. (arquivo pessoal)

Outro problema bem sério em nossa cidade são as rampas, que Miranda (2005) relata que certos membros da sociedade usam os deficientes para suas conquistas usando veículos identificados como deficiente em estacionamentos, supermercados etc. Mas o principal problema de descaso com a PcD é em relação às rampas de acesso. Pessoas estacionam carros em frente a estas rampas, em

muitos locais onde circulas PcD como uma simples farmácia ou a entrada de um supermercado não existe rampa de acesso, dificultando a locomoção destas pessoas e a inclusão das mesmas na sociedade.



Imagem 5: Rampa de acesso longe da faixa de pedestres, com inclinação errada, rachaduras, buracos e desníveis. (arquivo pessoal)

5-A “invisibilidade”

No que se refere as informações acerca da população com deficiência em Nova Friburgo, em levantamento realizado pelo autor, observa-se que é necessário uma melhor compreensão dos perfis de deficiências e suas demandas para a orientação e estruturação das ações na cidade. No panorama local, a realidade não é diferente, a tabela a seguir apresenta dados do Censo realizado no ano de 2010 sobre a população com algum tipo de deficiência, em que os dados produzidos mostram pouco detalhamento sobre os sujeitos em suas diferentes dimensões (gênero, perfil etário, grau de instrução, inserção no mercado de trabalho, agravos de saúde), elementos relevantes para a efetiva inclusão destas pessoas em seus territórios. O quadro 1 apresentado a seguir sintetiza as informações sobre os tipos de deficiência e o grau de dificuldades enfrentados pelas PCD no município em questão.

Quadro 1- Tipos de deficiência e grau de dificuldades apresentados pelas PCD em Nova Friburgo. (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-friburgo/panorama>)

TIPO DE DEFICIÊNCIA: AUDITIVA	Nº DE PESSOAS
Não conseguem de modo algum	285 pessoas
Grande dificuldade	1.402 pessoas
Alguma dificuldade	6.927 pessoas
TIPO DE DEFICIÊNCIA: MOTORA	Nº DE PESSOAS
Não conseguem de modo algum	696 pessoas
Grande dificuldade	3.365 pessoas
Alguma dificuldade	8.187 pessoas
TIPO DE DEFICIÊNCIA: VISUAL	Nº DE PESSOAS
Não conseguem de modo algum	413 pessoas
Grande dificuldade	4.393 pessoas
Alguma dificuldade	19.466 pessoas
DEFICIÊNCIA MENTAL/INTELECTUAL	2.442 pessoas
SEM DECLARAÇÃO DE DEFICIÊNCIA	26 pessoas
COM NENHUMA DESSAS DEFICIÊNCIAS	147.393 pessoas

Vale ressaltar que os elementos constitutivos como política pública de saúde coletiva, a Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência nasce sob a lógica de rede, por meio da qual os pontos de atenção de saúde precisam ser pensados em linhas integrais de cuidado, cujo sentido é dado a partir das necessidades concretas de saúde das pessoas e dos territórios locais de saúde.

O Plano Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência 2011-2014, por meio do Decreto 7.612 de 17 de novembro 2011, apresenta quatro eixos prioritários: acesso à educação; atenção à saúde; inclusão social; acessibilidade. Sua proposta é induzir a promoção de políticas articuladas e intersetoriais que visem garantir a inclusão social, a acessibilidade, o acesso à educação e a atenção à saúde das pessoas com deficiência.

Um dos problemas mais sérios para quem tem necessidades especiais em Nova Friburgo se refere ao péssimo estado de conservação das calçadas. E, nesse

caso específico, a responsabilidade deve ser compartilhada entre moradores, lojistas e instituições que, com raras exceções, não investem na conservação da parte que lhes cabe do patrimônio público, nem tampouco buscam uma padronização que considere, também, as demandas de quem convive com qualquer tipo de limitação física. E não são apenas os cadeirantes que sofrem com a situação. Deficientes visuais, idosos e bebês transportados em carrinhos também sentem de forma mais intensa as irregularidades e a falta de manutenção das calçadas.

Definida como tudo o que diz respeito ao deslocamento das pessoas dentro da cidade, a mobilidade urbana é de responsabilidade do poder público, que deve garantir que seus habitantes possam exercer seu direito de ir e vir livremente, de forma rápida e eficiente. Além de facilitar e organizar o transporte público viário, ferroviário e fluvial, ela deve favorecer o transporte individual por meio de automóveis ou veículos movidos à tração humana e, claro, os pedestres.

Na edição do jornal A Voz da Serra de sexta-feira, 16 de setembro de 2016 – a reportagem abaixo abordou o tema “Deficientes visuais revelam as dificuldades do dia a dia para a locomoção em Nova Friburgo”

“[...] Há três anos, a retinopatia diabética fez com que Célio Vicentino dos Reis, de 58 anos, perdesse a visão. Otimista e de muito bom humor, ele não sonha com a cidade perfeita, mas com uma cidade para todos. “Não somos pessoas tristes ou amarguradas, mas precisamos de atenção. Apoio psicológico, adaptação dos espaços públicos, leis que permitam a inclusão dos deficientes e um pouco mais de empatia deixariam nossa vida um pouco mais fácil”.

6. MÉTODOS

Para a elaboração do Projeto de Intervenção, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as formas de aplicações de acessibilidade devem nortear os trabalhos dos profissionais em escolas, igrejas, associações de moradores e profissionais de saúde, bem como os gestores públicos e os órgãos fiscalizadores.

Diante de tal realidade, foi feito um trabalho de campo, do tipo observacional e descritivo, realizado no período de março a outubro de 2018, sem dia específico para a presença nos locais, onde foram analisados os aspectos de acessibilidade em ruas e avenidas da cidade de Nova Friburgo.

Para poder criar o desenho, primeiro é feito um esboço de cada cena.

No esboço há a necessidade de escrever todas as “idéias”, e tentar dar vida elas.

Nesta animação foram criadas 30 (trinta) cenas, onde foram excluídas cerca de 7 (sete), com isso houve o cuidado de serem explicadas uma a uma.

Pude usar vivências que ao longo de 25 anos de trabalho adquiri, fatos, contextos, situações do dia a dia, que em muitas vezes não nos dizem absolutamente nada, ou simplesmente nem “notamos”...

Ao criar as cenas fui revivendo muitos nós críticos, que nunca foram resolvidos, pois não há interesse.

Nesse momento comecei me colocar no lugar do outro... nas dificuldades... nos abusos... na falta de respeito... na exclusão... no desinteresse... na indiferença... entre outros.

No meio da produção já estava totalmente inserido no contexto! Motivado! Emocionado! Coração sedento por igualdade em todas as áreas, embora saiba que para tal, somente eu, e ou a animação não conseguiríamos fazer a mudança. Mas mesmo assim resolvi acreditar... tentar através do desenho impactar crianças e adultos de certo modo.

7. RESULTADOS ESPERADOS

Muito se é falado e comentado sobre a palavra acessibilidade. O que é? Como ela é aplicada? Quem são as pessoas que necessitam ser beneficiadas por ela? Mas parece que as pessoas em geral não se dão conta de que a acessibilidade é uma realidade que tem que estar ali presente para todos. Um entulho depositado no meio de uma calçada pode gerar uma série de problemas ou obstáculos para se andar com segurança nas ruas. A falta de acessibilidade é um

problema para todos em geral, mas existe uma classe de pessoas que são mais prejudicadas por isso, essas pessoas são as PcD. Um bom investimento que previna tais obstáculos é uma das bases de uma política bem elaborada. A legislação de interesse para a PcD, evoluíram muito e devem ser cumpridas. O direito de ir e vir em espaços comuns é igual para todos devendo assim ter segurança ao caminhar e se deslocar garantidas por uma aplicação de obras públicas de qualidade.

CONCLUSAO

Já em relação a inclusão, devemos lembrar, sempre, que o princípio fundamental da sociedade inclusiva é o de que todas as PcD devem ter suas necessidades especiais atendidas. É no atendimento das diversidades que se encontra a democracia. O que fazer diante deste quadro? O primeiro passo é conseguir a alteração da visão social através:

Trabalho de sensibilização contínuo e permanente por parte de grupos e instituições que já atingiram um grau efetivo de compromisso com a inclusão PcD junto à sociedade;

- Capacitação de profissionais de todas as áreas para o atendimento das pessoas com algum tipo de deficiência;
- Elaboração de projetos que ampliem e inovem o atendimento dessa clientela;

Para a estimulação da PcD, a tecnologia da informação é fundamental, pois a velocidade da renovação do saber e as formas interativas da cibercultura trazem uma nova expectativa. É necessário, portanto, criar serviços e propostas educativas abertas e flexíveis que atendam às necessidades de mudanças.

Um outro passo para a inclusão social das PcD é a instituição de mecanismos fortalecedores desses direitos, tais como destinação de maiores verbas públicas para os projetos que atendam esse segmento e nos processos decisórios de todas as áreas diretamente envolvidas no atendimento dessa população.

Espera se com este projeto de intervenção ampliar a compreensão sobre a lei de acessibilidade e a garantia do direitos da PCD no município de Nova

Friburgo, voltadas a inclusão. A mídia possui um papel fundamental na promoção de atitudes positivas no sentido da inclusão da PcD na sociedade.

9. REFERÊNCIAS

1. Brasil. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 21 dez. 1999. Seção 1, p. 10.
2. BUSCAGLIA, Leo. Os deficientes e seus pais; tradução de Raquel Mendes, 5ª ed., Rio de Janeiro, Record, 2006, p 407.
3. BRAGANÇA, Soraya; PARKER, Marcelo et al. Igualdade nas Diferenças: Os significados do “ser diferente” e suas repercussões na sociedade. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2009, p 146.
4. BOARETO, Renato. Programa Brasil Acessível do Ministério das Cidades. Inclusão: revista da educação especial, Brasília, [s.n.], v. 3, n. 4, p. 50, Junho. 2007.
5. ANJOS, Flavio Corrêa; QUALHARINI, Eduardo Linhares; O Projeto Sem Barreiras, EDUFF Niterói - Brasil, 1997, p 167.
6. CARNEIRO, Rosane; ABAURRE, Nely Wyse; SERRÃO, Mônica A. et al. Transversalidade e Inclusão: desafios para o educador. Rio de Janeiro, Senac Nacional, 2005, p. 208, Série didática para a educação profissional. Inclui Bibliografia.

7. GARCIA, Carla Cristina. Sociologia da acessibilidade: Curitiba, IESDE Brasil S.A., 2008, p. 156.
8. GIORDANO, Blanche Warzée. Deficiência e Trabalho; Analisando suas representações, São Paulo, Fapesp, 2000, p 168.
9. MIRANDA, Evaristo Eduardo de. Maravilhas a caminho: Acolher um deficiente, viver nossas deficiências. São Paulo, Loyola, 2005, p. 135.
10. GLAT, Rosana, Educação Inclusiva; cultura e cotidiano escolar, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007, p 210. Inclui Bibliografia.
11. https://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_Friburgo
12. <https://avozdaserra.com.br/noticias/barreiras-que-dificultam-locomocao-e-integracao>
13. <http://www.construirnoticias.com.br/a-hora-e-a-vez-da-familia-em-uma-sociedade-inclusiva/>
14. <https://www.enfoquecapacitacao.com.br/blog/curso-online-deficiencias-multiplas>
15. PAULA, Ana Rita de. A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva – Brasília/DF. 2007, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. 36 p; Cartilha, Ed. Spacca.
16. <https://pedagogiaaopedaletra.com/artigo-os-tipos-de-deficiencia/>
17. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-friburgo/panorama>